



**CM/1706 (LVI)
PARTE IV**

**CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992**

DAKAR - SENEGAL

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
SECRETÁRIO-GERAL SOBRE
AS AGÊNCIAS
ESPECIALIZADAS DA OUA**

PAGINAS

CAPÍTULO I:	Relatório de Actividades Apresentadas pelo Conselho Superior do Desporto em África	1 - 11
CAPÍTULO II:	Relatório de Actividades do Bureau do Instituto Africano de Reabilitação (IAR)	1 - 18
CAPÍTULO III:	Relatório de Actividades da Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC)	1 - 12
CAPÍTULO IV:	Relatório de Actividades da União Panafricana de Telecomunicação (UPAT)	1 - 12
CAPÍTULO V:	Relatório de Actividades da União Panafricana dos Correios (UPAP)	1 - 8

CM/1706 (LVI)
PARTE IV

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO I

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
APRESENTADAS PELO CONSELHO
SUPERIOR DO DESPORTO EM ÁFRICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DO CONSELHO SUPERIOR DOS DESPORTOS

I. INTRODUÇÃO

Como em cada ano e nas mesmas circunstâncias, o Secretário-Geral desempenha uma das suas obrigações fundamentais que consiste em apresentar um relatório das suas actividades perante o Conselho de Ministros da OUA.

O relatório de actividades que se encontra submetido à vossa apreciação, cobre o período que nos separa das reuniões anteriores da 54ª Sessão.

Ele obedece a seguinte ordem de exposição:

- Organização e Funcionamento
- Animação - Desenvolvimento
- Quintos Jogos Africanos
- Primeiro Jogo Afro-Asiático
- Luta contra o Apartheid no Desporto
- Conclusão.

Todavia, antes de se iniciar o assunto propriamente dito, lamentamos uma vez mais as condições particularmente problemáticas em que o nosso Secretariado funcionou durante todo o ano, prejudicado pela falta de recursos financeiros, devido ao não pagamento das contribuições estatutárias ao Orçamento da Organização da parte dos Estados Membros.

Enquanto se espera que as soluções prescritas pelas Instâncias, no sentido preconizado pela OUA, produza o seu fruto, esperamos que a Organização mãe dará uma atenção especial aos nossos gritos de aflição, com vista a considerar uma ajuda substancial destinada a fazer com que o Secretariado Geral do C.S.S.A consiga sobreviver.

II. ORGANIZAÇÃO - FUNCIONAMENTO

2.1. Esclarecimento dos Estatutos do CSSA

- 2.11 - Como já tinha sido mencionado no nosso relatório da 54ª Sessão, a 3ª Assembleia Geral da Associação dos Comitês Nacionais Olímpicos da África (ACNOA) tinha optado pela separação dos Secretariados.
- 2.12 - Esta decisão de importância política, provoca automaticamente novas disposições consequentes aos Estatutos do CSSA que regiam até agora no Secretariado Comum.
- 2.13 - Nesta linha de idéia, seria necessário corrigir os Estatuto do CSSA, qualquer disposição relativos ao Secretariado comum e reformular a natureza das relações orgânicas que devem existir entre as diferentes estruturas que compõe o Movimento Desportivo Africano.

2.14 - Além dessas condições, algumas inovações foram feitas no Texto Fundamental, apesar da reformulação de algumas disposições em termos de racionalização e harmonização relativo aos outros textos orgânicos.

2.15 - As principais inovações são relativos :

- i - Integração na Zona VI do CSSA na qualidade de Membro do CSSA da República da Namíbia;
- ii - Integração de um capítulo consagrado aos Jogos Africanos, corrigindo desta forma uma lacuna muito antiga.
- iii - Adopção de um préambulo à semelhança das Organizações similares explicando as motivações e a filosofia que obrigaram os Estados a elaborarem e a assinarem este acto constitucional;
- iv - Finalmente a criação das Comissões especializadas;

2.16 - Todas essas disposições foram adoptadas pela resolução nº 92-002/XIV-AG/CSSA.

2.2. Sessão Extraordinária da Assembleia Geral:

2.21 - Uma Sessão extraordinária da Assembleia Geral do CSSA foi realizada aos 18 e 19 de Setembro de

1991 no Cairo, na véspera da Abertura dos 5^{os} Jogos Africanos.

2.22 - A Assembleia adoptou importantes resoluções nomeadamente à respeito da cooperação Afro-Árabe, sobre o regulamento dos atrasos de quotização, bem como o Apartheid no Desporto.

2.3. Reunião conjunta entre os Ministros Árabes da Juventude e dos Desportos e os Ministros Africanos da Juventude e dos Desportos

2.31 - Uma reunião conjunta reagrupando por um lado os Ministros Árabes da Juventude e dos Desportos, e por outro, os Ministros Africanos da Juventude e dos Desportos, foi realizado a 19 de Setembro de 1991 no Cairo.

2.32 - Os trabalhos cuja finalidade era de activar e redimensionar a cooperação Afro-Árabe, no quadro do Protocolo de Acordo assinado para o efeito em ABUJA, por ocasião das reuniões da 12^a Sessão da Assembleia Geral, foram sancionadas por uma importante Declaração nomeada " DECLARAÇÃO DO CAIRO " relativo aos programas de Acção Afro-Árabe em matéria da Juventude e Desporto.

2.4. 13ª Sessão do Comité Administrativo e Financeiro (CAF):

De 10 a 12 de Fevereiro de 1992 realizou-se em Yaoundé na Sede da Organização, a 13ª Sessão do Comité Administrativo e Financeiro que deliberou sobre a Agenda a seguir:

- a)- Análise e adopção do relatório do auditor para o Exercício 1990/91.
- b)- Análise e adopção do relatório do auditor para o Exercício 1990/91.
- c)- Troca de ponto de vista sobre o projecto relativo à Instituição de um Fundo dito "Fundo Especial do CSSA" e seguimento que será dado a este dossier.
- d)- Reflexão sobre os novos recursos do Orçamento.
- e)- Análise dos projectos de Orçamentos para os Exercícios 1991/92 e 1992/93.

2.5. Décima-Quarta Sessão da Assembleia Geral e 25º Aniversário do CSSA:

2.51 - De 20 a 21 de Fevereiro de 1992, realizados em TUNIS HAMMAMET, as reuniões da 14ª Sessão da Assembleia Geral.

2.52 - Durante esta sessão foram organizadas as cerimónias comemorativas do 25º Aniversário do CSSA criado a 14 de Dezembro de 1966 em Bamako.

2.53 - Entre os actos mais significativos que sancionaram os Trabalhos desta reunião, pode-se mencionar:

i - a criação de um Comité de Reflexão e de Seguimento, responsável pelo estudo de meios de acção do CSSA.

Efectivamente a Assembleia uma vez mais comoveu-se profundamente pela gravidade da situação da tesouraria do CSSA, e como seguimento do relatório de orientação do Residente decidiu criar esta estrutura na esperança de encontrar novos recursos de financiamentos;

ii - eleição de um novo Secretário Geral na pessoa de DR. AWTURE ELEYAE da Nigéria.

III. ANIMAÇÃO - DESENVOLVIMENTO

3.1 - Vida nas Zonas:

3.11 - As zonas de Desenvolvimento Desportivo constituem as células operacionais desconcentradas e descentralizadas no quadro dos quais se organizam os programas de animação e promoção.

- 3.12 - Algumas zonas se distinguem remarcavelmente pelo espírito de iniciativa e dinamismo dos seus dirigentes. É nomeadamente o caso das zonas 2,5 e 6 que conseguem realizar consoante o ano 80 a 90% do seu programa de acção.
- 3.13 - Existem outros que sofrem muitas dificuldades para atingirem a sua velocidade de cruzeiro. É o caso da zona nº 4, a mais repleta numericamente; mas cujas actividades são bastantes irregulares.
- 3.14 - As zonas 1,3,4 e 7 neste momento conhecem um período de letargia que necessitam medidas enérgicas de lançamento.

3.2 - Vida nas Confederações

- 3.21 - A família desportiva Continental aumentou-se de cinco (5) novas unidades dos quais a 14ª Sessão da Assembleia Geral do CSSA reunida de 20 a 21 de Fevereiro de 1992 acordou o reconhecimento desportivo.
- 3.22 - Trata-se de :
- i) União Africana de Ginástica
 - ii) Confederação Africana do Desporto para Deficientes Inadaptados
 - iii) Confederação Africana de Baseball e Softball

iv) Confederação Africana de Badminton

v) Confederação Africana de Lotaria

3.23 - Uma vez mais, pode-se felicitar consoante o ano, a maioria das Confederações conseguem implementar os programas de acção, tanto na escala regional como na panafricana, e isto, apesar da insuficiência dos meios orçamentais.

IV. QUINTOS JOGOS AFRICANOS

- 4.1 - Como previsto, os 5^{os} Jogos Africanos tiveram lugar na República Árabe do Egipto de 20 de Setembro a 1 de Outubro de 1991 com a participação recorde de 42 países.
- 4.2 - A cerimónia de abertura muito elevado em cores, e que traçava a história milenária dos Faraós do Egipto, foi presidida pelo Chefe de Estado Egípcio, Sua Excelência HOSNI MUBARAK, na presença da sua Excelência o Presidente BABANGIDA da Nigéria, Presidente em Exercício da OUA, e sua Excelência JUAN ANTÓNIO SAMARANCH, Presidente do CIO.
- 4.3 - As competições desenrolaram-se nas 18 modalidades desportivas organizadas nas infraestruturas de grande qualidade que impressionaram favoravelmente os dirigentes das mais altas instâncias desportivas mundiais.

V. PRIMEIROS JOGOS AFRO-ASIATICOS

Após vários relatórios, por razões políticas e financeiras ao mesmo tempo, parece que o Governo Indiano finalmente aceitou acolher esses Jogos em Novembro de 1993.

VI - LUTA CONTRA O APARTHEID NO DESPORTO

6.1 - Como é do conhecimento de todos, a luta contra o Apartheid em geral, e no desporto em particular, teve uma acção decisiva de que nos devemos congratular

6.2 - Desde então, o processo da erradicação do Apartheid no Desporto Sul-Africano conhece um ritmo apoiado, que conduziu o CSSA por ocasião da sua 14ª Sessão realizado nos 20 e 21 de Fevereiro de 1992, decidiu de :

- a) autorizar as Confederações Desportivas Africanas a acordar as Federações Desportivas Sul-Africanas que realizaram a Unificação e a integração racial, a filiação no seu seio, bem como o seu apadrinhamento junto das Federações Internacionais.
- b) encorajar a partir de agora os intercâmbios desportivos entre o Desporto Continental e o Desporto Sul-Africano conforme à decisão da ONU.

e recomendar ao Secretariado Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) de adoptar esta decisão.

6.3 - Não resta dúvida que com o aval que o povo Sul-Africano acaba de conceder ao seu Presidente Frederick De Klerk no fim do Referendum de Março de 1992, novos passos significativos e decisivos serão ainda ultrapassados no futuro, no sentido da integração completa das estruturas desportivas sul africanas nas instâncias desportivas políticas e técnicas continentais.

6.4 - São os voto que formulamos.

VII - CONCLUSÃO

7.1 - Tal é o filme dos maiores acontecimentos que marcaram a intersecção.

7.2 - Aproveitamos a ocasião para apelar de novo a atenção do Conselho de Ministros da OUA sobre a situação financeira alarmante do CSSA.

7.3 - Até agora só nos tivemos que felicitar pelas excelentes relações que existem entre a OUA e o CSSA e a assistência embora seja modesta que a Organização-mãe concede à nossa Instituição.

- 7.4 - Tendo em conta o papel eminente que desenvolve o desporto na vida das sociedades contemporâneas e singularmente nas sociedades africanas, deve-se esperar que o Conselho de Ministros estudará favoravelmente qualquer medida susceptível de aumentar de uma forma sensível a sua contribuição tradicional ao orçamento do CSSA. Concretizando assim uma forma eloquente, os encorajamentos prodigalizados pela OUA ao CSSA através da Resolução CM/CTTEE-B/DRAFT/RES.17 LII REV.I.

Feito em YAOUNDÉ aos 16 de Abril de 1992

O SECRETÁRIO GERAL DA CSSA

CM/1706 (LVI)
PARTE IV

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO II

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
BUREAU DO INSTITUTO AFRICAANO DE
REABILITAÇÃO (IAR)
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE MAIO DE 1991 A ABRIL DE 1992

INTRODUÇÃO

Foram realizadas nas cinco regiões da África assim como fora do Continente as seguintes actividades do Instituto Africano de Reabilitação (IAR). Elas tiveram como base o Programa Tentativo de Trabalho aprovado e as recomendações feitas pelo Conselho de Administração na sua 7ª Sessão realizada em 30 e 31 de Agosto de 1990.

I. ACTIVIDADES REALIZADAS PELA SEDE DO IAR EM HARARE

Apesar dos críticos problemas financeiros que o IAR enfrenta, foram levadas a cabo as seguintes actividades.

O falecido Director Executivo do IAR deslocou-se em missão a vários Estados membros da OUA com o objectivo de persuadir os Governos a assinar, ratificar e pagar as suas contribuições fixadas ao orçamento ordinário do IAR e também para procurar assistência financeira junto de potenciais doadores fora da África.

Foram visitados os seguintes países em África e fora do Continente:

1. Uganda
2. Líbia
3. Nigéria
4. Egipto
5. Bélgica
6. Estados Unidos da América
7. Canadá

A. ÁFRICA

1. Uganda

A viagem ao Uganda produziu os seguintes resultados:

- 1.1. O Governo do Uganda incluiu no seu orçamento para 1991/92 fundos para o Escritório Regional do IAR a ser instalado em Kampala, tendo já a metade desses fundos sido depositados junto do UNDP, Kampala.

- 1.2. Foram mostrados ao Director Executivo do IAR, o falecido Sr. E FJ Chikoto, escritórios mobilados a serem utilizados pelo pessoal regional do IAR, escritórios esses que, segundo informação recebida, estão prontos para serem ocupados.
- 1.3. Foi também afectado um veículo para ser utilizado pelo pessoal regional do IAR. Um segundo veículo seria fornecido pelo Governo Ugandês quando o Escritório começasse a funcionar.
- 1.4. No que respeita à ratificação do Acordo Geral do IAR, as negociações tinham atingido uma fase avançada e ainda se aguarda uma resposta.
- 1.5. Foi feita uma listagem do pessoal a ser designado para fazer funcionar o Escritório regional do IAR, lista essa transmitida à OUA para serem feitas as nomeações.
- 1.6. Pediu-se à Responsável em exercício que se desloque ao Uganda para finalizar esta questão e espera-se que ela se desloque brevemente após receber a autorização da OUA.
- 1.7. Durante a mesma missão, o falecido Director Executivo do IAR apoiou o Governo do Uganda na preparação de um Programa de Reabilitação baseado na Comunidade que é financiado pela NORAD através da Associação Norueguesa para os Diminuídos.

2. Líbia

O falecido Director Executivo deslocou-se em missão á Líbia em 15 de Junho de 1991. Foram objectivos da missão:

- 2.1. Procurar obter do Governo líbio fundos para pagamento de um tradutor-intérprete de Árabe.
- 2.2. Procurar obter fundos para os Programas Técnicos do IAR junto da Islamic Call Society. propostas de projectos foram apresentados através da Embaixada da Líbia em Harare e aguardam-se as respostas.

3. Nigéria

O falecido Director Executivo do IAR foi em missão a Abuja, Nigéria, de 27 de Maio a 6 de Junho de 1991. O objectivo da missão foi assistir à 54ª Sessão ordinária do Conselho de Ministros e à 27ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. O falecido Director Executivo aproveitou essa oportunidade para se encontrar com o Director dos Assuntos Sociais nigeriano do Ministério Federal da Cultura e Assuntos Sociais em 7 de Junho de 1991. Eram objectivos da reunião:

- 3.1. Informar o Governo da Nigéria sobre as actividades do IAR desde o seu lançamento.
- 3.2. Discutir quanto à assinatura e ratificação do Acordo Geral que cria o IAR.
- 3.3. Solicitar ao Governo nigeriano que pague as suas contribuições para o orçamento do IAR.

O Director dos Assuntos Sociais explicou que o seu Governo não tinha ainda assinado/ratificado o Acordo do IAR porque o Governo não tinha recebido resposta do IAR no que se referia à contribuição fixada para a Nigéria no período 1989-1990. Foi então fornecida toda a informação necessária ao Governo da Nigéria que afirmou que processaria rapidamente a assinatura e ratificação do Acordo do IAR uma vez que fossem recebidos os números referentes a 1990/91. Foram feitos vários contactos com o Alto Comissário da Nigéria no Zimbabwe como seguimento a essa discussão mas não se materializou qualquer resposta positiva apesar do facto de a Nigéria deter a Presidência em exercício da OUA.

4. Egipto

Da Líbia, o falecido Director Executivo do IAR seguiu para o Egipto em 16 de Junho de 1991. O objectivo da missão era:

- 4.1. Definir se o Governo egípcio continuava ou não interessado em acolher o Escritório regional do IAR para a África do Norte e solicitar ao Governo que precisasse categoricamente por escrito a sua posição.

Foi o seguinte o resultado da visita:

- 4.2. O Governo do Egipto, em carta dirigida ao Secretário-Geral da OUA em 9 de Fevereiro de 1991 afirmou claramente que já não estava em condições de acolher o Escritório regional do IAR para a África do Norte em virtude de dificuldades e limitações financeiras.

B. EUROPA

Na Europa, o falecido Director Executivo do IAR visitou Bruxelas, na Bélgica, onde realizou uma frutuosa reunião com a Companhia de Seguros "Lebreton" quanto ao sistema de pensões do pessoal do IAR. A Companhia de Seguros foi solicitada a fornecer à Sede do IAR pormenores quanto à subscrição individual ao sistema de pensões pelo pessoal do IAR na Sede e nos Escritórios regionais.

A informação solicitada já foi fornecida à Sede do IAR pela "Lebreton Insurance Company". Foi também feita uma reunião com o Director da OUA em Bruxelas. Este aceitou enviar à Sede do IAR comentários que serão incluídos no projecto final que será apresentado à Divisão Jurídica da OUA para estudo e parecer. Este assunto continua em andamento.

C. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

(a) Washington D.C.

Foi feita uma reunião com funcionários de "Goodwill Industries" que aceitaram colaborar com o IAR numa base de parceria em projectos específicos que tenham benefício directo para os próprios diminuídos. "Goodwill Industries of America" concordou em organizar conjuntamente com o IAR esses projectos que são planeados numa base bilateral por países com organizações que são filiadas na "Goodwill Industries", tais como "Rehabilitation International" ou "Disabled People's International". Continuam em curso contactos de seguimento do Secretariado do IAR com "Goodwill Industries".

(b) Nova Iorque

Foi realizada uma reunião com funcionários do PNUD que concordaram em que o Secretariado do IAR deveria enviar documentos seleccionados de projecto ao Departamento África do PNUD através do Secretário-Geral da OUA. Os documentos de projecto solicitados foram enviados e o IAR está a aguardar as respostas.

Receber do IAR as contribuições fixadas aos Governos para o orçamento do IAR em moeda local para subseqüente as creditar em dólares do IAR. Este arranjo está funcionando muito bem.

(c) Fundo Mundial de Reabilitação

Foi realizada uma reunião com responsáveis do Fundo Mundial de Reabilitação em que se chegaram às seguintes conclusões:

- (i) O Sr. Howard A. Rusk Jr., Presidente do Fundo, afirmou que a sua organização colaboraria com o IAR em todas as questões de reabilitação e prevenção de incapacidades.
- (ii) O Presidente aceitou procurar financiamentos para todos os projectos do IAR (do pacote) na condição de que esses projectos lhe fossem enviados através do Gabinete do Secretário-Geral da OUA. Os documentos de projecto foram endossados pelo Secretário-geral da OUA e enviados para a consideração do Fundo Mundial de Reabilitação.
- (iii) O Vice-Presidente do Fundo preparou uma lista de possíveis doadores a quem deveriam ser enviados os documentos de projecto do IAR incluindo a informação de que tais projectos eram apoiados pela Presidência do Fundo. Até agora não se recebeu qualquer resposta positiva.

D. CANADÁ - OTTAWA

(a) Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional (ACDI)

Realizou-se em 25 de Julho de 1991 uma reunião com as Autoridades Canadianas de Desenvolvimento Internacional. A reunião teve os seguintes resultados:

- (i) Esclareceu as dúvidas do ACDI sobre o IAR que tinham sido criadas pela OIT - de que o IAR não tinha sido legalmente constituído e que não gozava do apoio dos Estados Membros da OUA.
- (ii) A ACDI aceitou colaborar com o IAR em termos gerais e nos termos específicos referidos nos seus programas em implementação na região da África Ocidental.

(iii) A ACIDI aceitou agir como elo de ligação entre todas as ONG's Canadianas que operam em África e o Instituto Africano de Reabilitação (IAR). A ACIDI prometeu apresentar os programas do IAR a todas as ONG's do Canadá. Os referidos programas de actividades foram apresentados à ACIDI.

(b) Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Internacional (IDRC)

Foi também realizada uma reunião com o IDRC, com as seguintes conclusões:

- (i) O Dr. K. Smith aceitou colaborar e cooperar com o IAR em todos os programas do IAR relacionados com a medicina, p.e., desenvolvimento de tecnologia apropriada para a produção de apropriados instrumentos de reabilitação.
- (ii) O IDRC aceitou procurar fundos para financiar alguns dos programas do IAR, p.e., a criação de um banco de dados para o IAR. O IAR enviou a respectiva proposta de projecto e até agora não foi recebida qualquer resposta.
- (iii) O Dr. Smith aceitou utilizar os fundos atribuídos pelo IDRC à DPI (Disabled People's International) no fortalecimento dos programas técnicos do IAR. Os contactos entre o IAR e a DPI produziu já resultados positivos já que o IAR e a DPI formularam conjuntamente um projecto de propostas sobre políticas em que vão partilhar os custos.
- (iv) O Dr. Smith aceitou o envolvimento do IAR na formulação dos programas regionais do IDRC pelo seu escritório baseado em Nairobi, Quênia. Isso permitiria aos programas técnicos propostos pelo IAR serem financiados através do Escritório Regional do IDRC em Nairobi.

A convite da OIT, a Técnica Principal de Reabilitação do IAR foi a Nairobi, Quênia, em Novembro de 1991. O objectivo da sua missão foi de participar numa oficina de Avaliação Regional organizada pela OIT.

A Técnica Principal de Reabilitação participou também num Simpósio Nacional sobre Saúde Mental organizado em Harare pela Associação Nacional de Saúde Mental do Zimbabwe (ZIMNAMH) de 30 de Outubro a 1 de Novembro de 1991.

Os objectivos do Simpósio eram:

- (i) Debater e fazer recomendações para a efectiva implementação de políticas de saúde mental.
- (ii) Estudar vias para facilitar a integração e coordenação entre Governos e Organizações Não-Governamentais envolvidas em cuidados de saúde mental.
- (iii) Analisar formas de descentralizar os serviços de saúde mental e encorajar a formação de grupos de trabalho provinciais.
- (iv) Analisar a adequação da legislação existente no domínio da saúde mental.

Em janeiro de 1992, foi empreendida uma missão a Bulawayo pelo Técnico Auxiliar de Reabilitação a convite da Federeação dos Diminuídos da África Austral. O objectivo da missão foi o de participar num seminário de dois dias financiados pela Universidade de Calgary, Canadá.

O Seminário tinha como objectivo preparar o questionário de um estudo internacional sobre estratégias de geração de rendimentos para diminuídos.

II. ACTIVIDADES REALIZADAS PELA SEDE DO IAR

1. **Publicação dos resultados de pesquisa sobre Necessidades dos Diminuídos e das suas famílias nas Áreas rurais. (Distrito de Mberengwa - Zimbabwe)**

Com a assistência de um colaborador exterior da Universidade do Zimbabwe foi realizado em Janeiro de 1990 um estudo com vista a identificar as necessidades dos diminuídos e suas famílias nas áreas rurais. O estudo revelou resultados impressionantes.

O estudo foi financiado pela AGFUND através da OIT. O Instituto Africano de Reabilitação contactou em 1991 a Embaixada Real da Holanda em Harare e solicitou o financiamento para a publicação de 500 cópias dos resultados do estudo. A Embaixada Real da Holanda aceitou o pedido no quadro do seu programa "Small Embassy projects". As 500 cópias foram agora publicadas por uma companhia de impressão local e estão a ser distribuídas para as organizações e Instituições relevantes. As brochuras serão distribuídas aos Ministérios governamentais (Educação, Saúde, Assuntos Sociais) dos Estados Membros, Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais cujos objectivos são os de promover a integração e reabilitação de pessoas com incapacidades.

2. Publicação de Módulos/brochura sobre Atraso Mental

Foram elaborados por 24 técnicos de 20 países africanos 19 módulos sobre o treino de crianças retardadas mentais.

A organização alemã Lebenshilfe de Marburg publicou os 19 módulos depois de ter sido contactada pelo Instituto Africano de Reabilitação. Estão agora disponíveis cópias das brochuras e aguarda-se que sejam distribuídas aos Ministérios governamentais no quadro da OUA, às ONGs, às Organizações Internacionais e a pessoas individuais que trabalham para o desenvolvimento e se interessam pelo domínio dos atrasados mentais.

Programas aprovados pelo Conselho de Administração cujos fundos RBTC estavam disponíveis, mas foram retirados pela OIT

a) A oficina de avaliação estava prevista para o Cairo, Egipto. Contudo, esse programa foi levado a cabo pela OIT em Nairobi, Quénia, em Junho de 1991.

b) Publicação de um Questionário sobre Necessidades de formação do Pessoal

A publicação dos resultados deste questionário precisa de fundos num montante de 5.800,00 \$EU.

c) Oficina Regional sobre a Cequeira

Esta oficina vai ser conjuntamente organizada pelo IAR e o Christopher Blinden Mission no Malawi. O custo total necessário para efectivar a oficina é de 60.000,00 \$EU.

d) Curso Regional de Formação em Avaliação de Vocação

Esta será a terceira fase das técnicas de avaliação de vocação que deve ser conjuntamente organizada pelo IAR e a OIT e ser co-financiada a partir do AGFUND. Pediu-se ao IAR que pagasse 20.000,00 \$EU a partir do seu orçamento ordinário e 57.000,00 \$EU a partir do AGFUND para prefazer um total de 77.000,00 \$EU. A duração do curso é de 3-4 meses. O curso está programado para ter lugar no Cairo, Egipto.

e) Revisão da Brochura do IAR

O conteúdo actual da brochura do IAR está desactualizado e precisa de ser actualizado e impresso em três línguas de trabalho da OUA, a saber Francês, Inglês e Árabe. A soma necessária para rever a brochura e imprimí-la são 10.000,00 \$EU.

f) Publicação do Relatório da Conferência sobre Programas Comunitários Integrados

A publicação deste relatório do IAR precisa de um orçamento estimado em 2.500,00 \$EU.

g) Seminário Regional de Sensibilização para palestrantes de Institutos de Formação Pedagógica

O Seminário vai incidir em palestras educativas sobre questões de incapacidade, particularmente sobre as atitudes em relação a crianças com incapacidades que necessitam de compreensão no processo educacional de integração. Metade do custo foi já coberto pela Norwegian Association for the disabled. O Seminário vai-se realizar no Lesoto.

FALECIMENTO DO DIRECTOR EXECUTIVO DO IAR

Na sequência do falecimento do Director Executivo do IAR, Sr. E.F.J. Chikoto que morreu num acidente de automóvel em 7 de Março de 1992, foram enviadas notas verbais e telexes ao Gabinete do Secretário Geral e aos Chefes de Missão acreditados no Zimbabwe informando-os da morte do Director Executivo. Foram recebidas mensagens de condolência de Governos de vários Estados membros dirigidas ao pessoal do IAR e à família enlutada.

ACTIVIDADES REALIZADAS PELO RAMO DO IAR NA ÁFRICA CENTRAL

Durante o período de Maio de 1991 a Abril de 1992 não foram realizadas muitas actividades na África Central porque a OIT retirou os fundos que tinha afectado aos programas aprovados pelo IAR.

O Técnico de Reabilitação do ramo da África Central participou numa reunião em Yaoundé, Camarões, organizada pela World Federation of Disabled Persons - Francophone Community. O Técnico de Reabilitação fez relatório à sede do IAR depois de participar no Seminário que inclui as seguintes observações:

1. A Federação Mundial dos Diminuídos e a Internacional dos Diminuídos (DPI) criaram a Comunidade Francófona em 1989 e realizaram reuniões subsequentes em Dakar em 1989, em Helsínquia em 1990 e em Yaoundé em Abril de 1991.
2. O principal objectivo tal como se pode desenhar no relatório argumenta que os países francófonos estavam a ficar para trás na implementação dos programas de reabilitação para diminuídos embora o primeiro Escritório Regional do IAR tivesse sido estabelecimento no Congo em 1986 para fazer face às necessidades dos países francófonos.
3. Parece que isso contribuiu para os programas que o IAR está a enfrentar no que se refere à assinatura, ratificação e contribuições porque:
 - i) O número de membros dessa associação é de 28 países que são todos Estados membros da OUA que devem aderir ao Acordo do IAR. Desses, apenas 3 ratificaram o Acordo.
 - ii) De acordo com o relatório, os projectos nacionais que foram recomendados para implementação pelo WFDP em cada país absorvem assistência financeira dos Governos. Embora isso seja de encorajar, e não de sofrer interferência, cria uma situação que leva os Estados a não verem necessidade de se tornarem membros do IAR, por causa dos benefícios que obtêm sem pagarem directamente por eles.

- iii) É um facto que os programas do IAR são executados numa base regional num esforço para promover a cooperação e colaboração regionais. Contudo, alguns desses Governos não vêem a necessidade de responder às solicitações do IAR especialmente quando os seus países estão a beneficiar de organizações do Canadá e outras e até agora todos os programas do IAR que foram executados beneficiaram as regiões árabe, francês e inglês.
 - iv) Recorde-se que o IAR foi mandatado por todo os Chefes de Estado e de Governo da OUA para realizar e coordenar actividades de reabilitação em África e parece agora que algumas regiões estão a ser empurradas por essas organizações internacionais a segregarem-se através da criação de regiões linguísticas em África.
 - v) Em vez de cooperar com o IAR e o resto dos Estados membros da OUA, a WFDP procura dividir o Continente africano segundo fronteiras linguísticas voltando ao período colonial.
4. O estabelecimento de Escritórios Regionais em África pelo IAR é uma clara demonstração da necessidade de promover a cooperação e colaboração na integração sócio-económica e cultural, criação e distribuição igual de oportunidades de emprego dos diminuídos. Deve também referir-se que os Escritórios do IAR foram primeiro criados no Congo antes de a África dispôr de outros Escritórios onde quer que fosse .
5. Com a continuação desta situação, continua a ser constantemente enfraquecida a situação do IAR; e isso, combinado com a instabilidade política nas regiões, torna difícil a assinatura, ratificação e contribuições para o orçamento do IAR. À parte o Seminário em Yaoundé, o Escritório Regional do IAR na África Central atravessa uma crise financeira por causa da retirada pela OIT dos seus fundos atribuídos aos programas do IAR e da sua interferência com os programas do IAR.

6. Durante a mesma missão, o Técnico de Reabilitação do ramo do IAR na África Central visitou os seguintes países: Camarões, Gabão, República Centro-Africana e Chade.

O objectivo das visitas era discutir com as competentes autoridades desses países a questão da assinatura e ratificação do Acordo Geral do IAR e o pagamento das suas contribuições para o orçamento do IAR.

- As autoridades da República dos Camarões foram positivas assinando e ratificando o Acordo do IAR mas devido a alguns problemas políticos pode ocorrer algum atraso.
- No Gabão, prometeu-se ao Técnico de Reabilitação que o Governo gabonês ratificaria o Acordo do IAR se receber um documento como prova de que assinou o Acordo.

O referido documento foi fornecido às autoridades competentes do Gabão mas até agora não se fez essa ratificação.

- Em Bangui, houve uma reunião com o pessoal do Ministério dos Assuntos Sociais da República Centro-Africana quanto à assinatura e ratificação do Acordo Geral do IAR. O Secretário dos Assuntos Sociais referiu que o seu país dará o seu acordo de princípio, mas o processo de assinatura e ratificação pode levar muito tempo. O acompanhamento estava a ser feito pelo ramo do IAR na África Central mas sem qualquer resultado até agora.
- No Chade, afirmou-se ao Técnico de Reabilitação que o Chade assinou o Acordo e tinha prometido tomar medidas adequadas para ratificar o Acordo Geral. Até agora nada foi feito.

Outras actividades do Ramo do IAR na África Central

O Ramo do IAR na África Central está implicado nas actividades nacionais relacionadas com a reabilitação e a prevenção de incapacidades:

1. A este respeito, os funcionários do IAR participaram em Seminários e Conferências Nacionais, como o Seminário organizado na Universidade de Brazaville sobre a Sensibilização da Comunidade sobre as Questões de Incapacidade.
2. O Ramo do IAR na África Central está equipando a sua biblioteca através de donativos de Organizações Internacionais tais como a UNESCO, o PNUD, a OMS e a UNICEF.
3. Anúncios para usar os serviços fornecidos pela biblioteca foram:

Verificou-se que a falta de fundos constitui o principal obstáculo para a implementação das actividades do Ramo do IAR na África Central. A retirada do financiamento da RBTC pela OIT assim como a retirada dos peritos da OIT constituem outros importantes obstáculos.

O Ramo do IAR na África Central sugeriu que qualquer outra Organização Internacional na região, o IAR deveria decidir-se por abordagens nacionais para implementar programas de actividades, o que tornará os Governos mais inclinados a contribuir para as actividades do IAR.

Programas aprovados a serem implementados quando os fundos estiverem disponíveis

1. **Curso Regional de Formação de Formadores de Pessoal envolvido na integração económica de indivíduos com incapacidades.**

Este curso de formação está previsto para Brazaville, Congo, e o orçamento total é de 50.000,00 \$EU.

2. **Avaliação das experiências necessárias na implementação de programas comunitários de reabilitação pelo trabalho.**

Será implementada em Brazaville, Congo, e o custo é de 91.000,00 \$EU.

3. **Estudo sobre as condições actuais e as necessidades de reabilitação das pessoas com incapacidades.**

Este programa é para implementar as segunda e terceira fases do programa de estudo que não foram realizados nos Camarões e no Togo por causa da suspensão pela OIT dos fundos do projecto.

4. **Estudo sobre as condições de vida e as necessidades de reabilitação das pessoas com incapacidades.**

Fase 4, a ser realizada pelo ramo do IAR da África Central com o custo de 10.000,00 \$EU.

5. **Avaliação para formação de pessoal de reabilitação.**

Este Seminário deve ser realizado pelo ramo do IAR da África Central com o custo de 10.000,00 \$EU.

6. **Curso Regional de Formação para os representantes das organizações de diminuídos dos países das regiões Central e Ocidental da África.**

O curso de formação durará uma semana e será realizado em Brazaville, Congo, com o custo estimado em 25.000,00 \$EU. Deve-se, contudo, referir que tanto a Sede do IAR como o Ramo da África Central poderiam ter implementado mais projectos anteriormente aprovados na última reunião do Conselho de Administração, mas devido à decisão da OIT de adiar a implementação dos projectos e finalmente congelar os fundos RBTC, não foi possível executar os programas de acordo com o calendário. Existem assim profundos atrasos nos projectos já aprovados que foram agora trazidos de novo a reconsideração pela Oitava reunião do Conselho de Administração.

ACTIVIDADES REALIZADAS PELO RAMO DO IAR NA ÁFRICA OCIDENTAL

1. Foram realizadas as seguintes actividades pelo Ramo do IAR na África Ocidental:

- (a) O Director Regional do Ramo do IAR na África Ocidental escreveu uma nota verbal a todos os Chefes de Missão acreditados no Senegal para os informar de que o IAR obteve agora as nove ratificações necessárias para se tornar uma entidade legal.
- (b) O Director Regional teve uma reacção do Presidente da República do Senegal que prometeu dar um terreno para construção de um Centro Regional de Reabilitação em Gueoul, Norte do Senegal, caso haja fundos para tal.

- (c) O Presidente da República do Senegal prometeu também ao Director Regional que ele contactará os outros Chefes de Estado da Sub-região assim como os doadores potenciais para contribuírem para a construção do Centro de Reabilitação.

Seminários a serem realizados

Espera-se que os seguintes programas sejam implementados caso os fundos estejam disponíveis porque já foram aprovados pelo VII Conselho de Administração do IAR.

1. Seminário sobre a produção de instrumentos de apoio para os países francófonos

Este Seminário será resalizado no Burkina Faso em Novembro de 1992. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prometeu uma soma de 5.000,00 \$EU para este programa, a DPI prometeu 6.000,00 \$EU enquanto que ICTA e o IAR deviam também contribuir. O Seminário será conjuntamente organizado pelo IAR, Disabled People's International (DPI) e ICTA.

2. Seminário sobre Reabilitação Vocacional de Leprosos

Este seminário será realizado em Bamako, Mali, quando os fundos tiverem disponíveis e a proposta for aprovada pelo Conselho de Administração. Realizou-se no Escritório do IAR para a África Ocidental em Dakar, uma reunião preparatória entre o Bureau da África da Fundação Raoul Folereau, o Governo do Senegal e o pessoal do IAR. O objectivo da reunião foi o de tomar medidas preparatórias para implementação do Seminário.

Missão realizada

O técnico de reabilitação do Ramo do IAR na África Ocidental foi em missão à Bamako, Mali de 2 a 8 de Fevereiro de 1992. O objectivo da missão foi o de participar numa reunião preparatória no seminário sobre reabilitação vocacional de leprosos que se realizará no Mali logo que os arranjos necessários forem concluídos.

III. OUTRAS ACTIVIDADES IMPLEMENTADAS PELO IAR

1. O Secretariado do IAR preparou para assinatura do Secretário-Geral projectos de cartas dirigidas aos países que ratificaram o Acordo Geral do IAR felicitando-os pelas medidas positivas adoptadas e apelando-lhes para que contribuam para o orçamento ordinário do IAR. Essas cartas já foram despachadas.

Sede do IAR

Realizou-se uma reunião entre o Secretariado do IAR e funcionários do BAD para estudar vias e meios de financiar alguns dos programas técnicos de trabalho do IAR. Depois da reunião, as propostas de projecto aprovadas foram enviadas ao Banco a seu pedido por intermédio do Secretário-Geral da OUA. Depois de analisar os documentos do projecto apresentados, o BAD respondeu favoravelmente e pediu ao IAR que contactasse os países anfitriões, nomeadamente Zimbabwe, Congo e Senegal para fazerem o referido pedido ao BAD em nome do IAR porque os termos de referência do Banco exigem que esses pedidos financeiros sejam feitos através dos Governos. Uma carta detalhada dirigida aos três Governos e solicitando-lhes este favor, foi preparada para assinatura do Secretário-Geral. Aguardam-se as respostas a esses pedidos.

3. Cooperação entre a Organização da Unidade Africana (OUA) e as Agências das Nações Unidas

De 2 a 4 de Abril de 1992 realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, uma reunião entre o Secretariado da OUA e as Agências das Nações Unidas. O objectivo da reunião foi o de passar em revista a implementação do programa de cooperação entre as Agências Especializadas das duas Organizações. A reunião de três dias tinha como finalidade:

- (a) Reforçar a Cooperação Internacional em todos os domínios que promoverá o desenvolvimento sócio-económico da África.
- (b) Trabalhar conjuntamente na procura de solução para os problemas políticos que o Continente africano enfrenta.

Nesse contexto foram assinados acordos entre o Secretário-Geral da OUA e o Secretário-Geral das Nações Unidas e Representantes de outras Agências das Nações Unidas, por forma a darem a sua contribuição para o desenvolvimento sócio-económico da África.

Foi muito benéfico para o IAR ter sido representado nessa reunião porque muitas Agências Especializadas das Nações Unidas pouco sabiam acerca das actividades do IAR e em que medida e de que forma as Agências das Nações Unidas poderiam cooperar com o IAR no domínio da reabilitação.

Nunca é demais enfatizar a cooperação porque ela é a forma de evitar a duplicação de prestação de serviços e o desperdício dos recursos muito limitados que são necessários para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida tanto para os diminuídos físicos como para as pessoas sãs em África. O IAR solicitou a assistência financeira de várias organizações representadas na reunião com vista a implementar os seus programas em todo o Continente. Em resposta a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) pediram que pertinentes propostas de projecto sejam enviados às respectivas Sedes para análise e eventual financiamento.

4. Vigésima-Terceira Sessão Ordinária do Comité Directivo Permanente

O responsável em exercício do IAR também participou na reunião em epígrafe que foi realizada em Adis Abeba de 6 a 10 de Abril de 1992 na qualidade de Observador. Foi fornecido aos participantes um relatório dos debates dessa sessão ordinária. Solicitou-se ao IAR que apresentasse comentários ao projecto preliminar de protocolo sobre as relações entre a Comunidade Económica Africana e as Comunidades Económicas Regionais. Infelizmente o documento apresentado não chegou a tempo ao IAR para comentários.

5. Vigésima-Segunda Sessão Ordinária do Comité de Coordenação da OUA para Assistência dos Refugiados

O responsável em exercício do IAR participou nesta reunião que teve lugar em Windhoek, Namíbia, na qualidade de Observador. Contudo, o representante do IAR depois de solicitado acabou por preparar um documento sobre a necessidade de se ter especial atenção ao fornecer assistência aos Refugiados diminuídos cujo problema é duplo, de serem diminuídos numa situação de conflito e o de procurarem asilo como refugiados num país

estrangeiro. O técnico do IAR recordou à reunião o facto de que os diminuídos se tornaram Refugiados nos seus próprios países de origem e que lhes é negada a oportunidade de procurar asilo. Isso significa que os diminuídos nas ruas de qualquer cidade da África fogem dos seus lares originais por causa de atitudes negativas e procuram asilo nas ruas das cidades o que é ainda pior porque são detidos como mendigos em vez de se cuidar deles.

C O N C L U S Ã O

Para além das tarefas de administração diária do IAR, foram implementadas as seguintes actividades:

1. Foram realizadas várias reuniões com os representantes diplomáticos dos Estados Membros acreditados em Harare para os persuadir a contactarem os seus Governos no sentido da assinatura e ratificação do Acordo Geral e do pagamento das suas contribuições para o orçamento do IAR.
2. O IAR participou num seminário/oficina organizado conjuntamente pelo Disabled People's International em Agosto/Setembro de 1991 em Harare.
3. O pessoal técnico realizou várias reuniões com ONG's, Ministérios Governamentais e Organizações Internacionais que trabalham no domínio da reabilitação e da prevenção de incapacidades com o objectivo de formular propostas de projecto e de cooperação.

Em resumo, o IAR pode fazer muito pelos diminuídos em África se dispuser do necessário apoio financeiro para implementação da lista global atrás apresentada para o programa de actividades de todos os Escritórios do IAR em África.

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY
ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE

منظمة الوحدة الافريقية

Addis Ababa - Ethiopia - Box 3243 Tel. 5:7700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

CM/1706 (LVI)
PARTE IV

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO III

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DA COMISSÃO AFRICANA DA AVIAÇÃO
CIVIL (CAFAC) Á QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DE MINISTROS DA OUA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO
AFRICANA DA AVIAÇÃO CIVIL (CAFAC)
À QUINOUAGÉSIMA-SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE MINISTROS DA OUA

INTRODUÇÃO

1. O Programa do Trabalho para as actividades da Comissão Africana da Aviação Civil tem sido desde 1980 baseado na declaração de política geral no domínio da Aviação Civil adoptado pelas autoridades políticas da OUA através da Resolução CM/Res.804 (XXXV). Igualmente, considerando as mudanças de política tecnológica que têm lugar em outras regiões do Mundo, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, a Declaração de Yamoussoukro sobre a Política Aeronáutica, que tem por objectivo a realização da integração económica do Continente, constitui também uma linha de orientação para as actividades da CAFAC.

2. Este relatório traça as actividades da CAFAC no período de Maio de 1990 a Maio de 1992 com os seguintes capítulos:

- .- Mudanças técnicas, estruturais e de política no domínio da Aviação que têm impacto sobre a Aviação Civil africana;
- .- Actividades e meios de acção futuros da CAFAC;
- .- Propostas destinadas a reforçar a capacidade de participação da CAFAC no quadro das disposições do Acordo entre a OUA e a CAFAC.

Mudanças técnicas, estruturais e de política no domínio da Aviação Mundial que têm impacto sobre a Aviação Civil africana (Actividades levadas a cabo no âmbito da Declaração de Yamoussoukro).

3. As preocupações expressas pelas autoridades aeronáuticas no que se refere ao ambiente em que opera a Aviação Civil africana são ditadas por problemas de ordem institucional e financeira. A utilização de poderosos sistemas informatizados para as reservas, a aplicação de tecnologias de satélites para gerir o espaço aéreo a escala mundial militam a favor dessas apreensões quanto à capacidade da África de acompanhar essa evolução.

4. No que se refere, em particular, aos sistemas informatizados de reservas (SIR), o ponto de vista segundo o qual a África deveria adoptar uma Posição Comum e tomar medidas concretas tendo em vista as mudanças técnicas e estruturais no domínio aeronáutico que se verificam no plano mundial é claramente enunciado na Declaração de Yamoussoukro.

5. Neste contexto, é de se referir os esforços feitos pela CAFAC, nomeadamente aquando das recentes sessões da OACI, no sentido da adopção de uma Posição Comum Africana nos seguintes domínios:

- .- planeamento da transição do ILS para o MLS;
- .- o barulho dos aviões;
- .- os sistemas informatizados de reservas.

6. Sobre estas três questões, a CAFAC possibilitou pela primeira vez aos países africanos a preparação de argumentos que foram tidos em conta aquando das decisões adoptadas pela Assembleia da OACI sobre estas questões.

QUADRO MULTILATERAL DE NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS
DE TRANSPORTE AÉREO COM ESTADOS
OU GRUPOS DE ESTADOS DE OUTROS CONTINENTES

7. Na Declaração de Yamoussoukro está claramente indicada a necessidade de se dispôr de instrumentos jurídicos adequados e de elementos úteis para uma melhor cooperação e para facilitar a coordenação na aplicação dos princípios em matéria de integração de companhias aéreas e de concessão de direitos de tráfego. Este quadro permitirá garantir um tratamento equitativo e iguais oportunidades às companhias africanas envolvidas e serão tomadas medidas para garantir uma concorrência leal, incluindo o acesso aos seus mercados, dando-se particular relevo aos elementos indicativos contidos na Resolução S11-7 que a CAFAC adoptou sobre esta questão.

8. À luz do que precede, seria de se alargar o âmbito do quadro multilateral tal como adoptado pela CAFAC em Blantyre e reafirmado pela Décima-Segunda Sessão Plenária da CAFAC em Abidjan, em Abril de 1992, por forma a que esse quadro se torne um mecanismo de consulta entre as diferentes sub-regiões na implementação da Declaração de Yamoussoukro.

9. Convém referir que a criação pelos Governos africanos de um mecanismo multilateral para a coordenação das tarifas aplicáveis aos serviços aéreos internacionais constitui um precedente na Aviação Civil Internacional. Pode-se, assim, afirmar que a Conferência Africana de Tarifas aéreas constitui também um importante instrumento da Declaração de Yamoussoukro. Essa mesma Convenção contribui também para o desenvolvimento do transporte aéreo em África. Devem, por conseguinte, ser tomadas medidas para a rápida implementação desta Convenção que se podem traduzir na assinatura e ratificação da Convenção pelos Estados que ainda não o fizeram para se garantir a sua rápida entrada em vigor.

10. Com vista à assinatura desta Convenção pelos Estados que ainda não o fizeram e à luz da decisão adoptada pela Décima-Segunda Sessão Plenária da CAFAC em Abidjan em Abril de 1992, solicita-se aos Ministros responsáveis pelos Transportes Aéreos, durante a Quinquagésima-Sexta Sessão do Conselho de Ministros da OUA, que estudem todas as medidas susceptíveis de incitar os Estados membros a ratificar a Convenção sobre a CAFTA, no âmbito da Declaração de Yamoussoukro.

11. No quadro dos seus objectivos fundamentais e da sua missão enquanto instituição especializada da OUA que tem como objectivo prestar apoio sectorial às estratégias elaboradas no plano continental com vista à integração económica da África, a CAFAC realizou nos últimos anos algumas inovações, nomeadamente:

- (a) através da criação das condições necessárias para a coordenação dos programas de formação, nos institutos de formação africanos, de diversas categorias de pessoal capazes de dominarem as técnicas que os Estados tencionam introduzir no seu sistema de Aviação Civil;
- (b) através da elaboração de mecanismos que permitem canalizar para a África os recursos necessários ao desenvolvimento da Aviação Civil, nomeadamente os fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no período de 1973-1990, avaliados em cerca de 57.000.000 \$EU. A isso acrescenta-se ainda o financiamento de outros projectos negociados pelas instâncias da CAFAC;

- (c) pela criação de condições propícias à expansão da Aviação Civil africana graças à contribuição dos órgãos da CAFAC para a análise dos problemas com que se confronta o Transporte Aéreo e a elaboração de futuras estratégias. O mecanismo de consulta criado em colaboração com as organizações e Governos de outras regiões do Mundo, assim como a participação da CAFAC em reuniões de outras organizações permitiram à Comissão canalizar as preocupações e necessidades da África no que respeita à elaboração e implementação de programas e estratégias aplicáveis nos planos continental e mundial;
- (d) mediante a criação de condições de investigação no domínio do Transporte Aéreo nas Universidades e Institutos Superiores de Formação e o acolhimento de investigadores e estudantes e a colocação à disposição destes da sua documentação exaustiva sobre o Transporte Aéreo em África. O projecto de instalação de um sistema informatizado sobre a Aviação Civil Africana representa assim um importante elemento para a formação de uma referência bibliográfica e servirá para a recolha, armazenagem e tratamento de dados pela CAFAC e pelos seus Estados membros. Neste mesmo contexto, convém referir os recentes contactos feitos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelas autoridades da Aviação Civil da África do Sul que desejariam receber informações da CAFAC nos seus esforços para criarem condições adequadas para a operação dos Transportes Aéreos Sul-Africanos na era pós-apartheid.

Actividades e Meios de Acção futuros da CAFAC

12. A CAFAC tenciona agora desenvolver as seguintes acções no quadro da implementação da Declaração de Yamoussoukro:

1. Criar, no quadro dos Tratados de criação das Comunidades Económicas Sub-Regionais, mecanismos para negociação de Acordos Multilaterais de Transporte Aéreo com Estados de outras regiões do Mundo em conformidade com o Código de Conduta elaborado pela CAFAC nos termos da Resolução S11-7;
2. Continuar a exortar os Estados membros a ratificarem a Convenção que cria a Conferência Africana das Tarifas aéreas, assinada em Adis Abeba em Dezembro de 1980, e a criarem condições para que as companhias aéreas africanas tornem a Convenção operacional;
3. Criar também as condições que permitam a implementação da política definida pela CAFAC para harmonização das exigências técnicas e dos procedimentos administrativos ligados à manutenção e navegabilidade dos aviões;
4. Neste processo de reestruturação do transporte aéreo africano, colocar especial ênfase no melhoramento da gestão das companhias aéreas, que constitui um imperativo de que depende o financiamento de equipamento moderno e, nomeadamente, criar uma companhia de aluguer com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento;
5. Criar as condições para uma autosuficiência técnica baseada no conceito da criação de uma rede coordenada de centros de manutenção e revisão de aviões segundo o esquema contido no estudo realizado conjuntamente pela CAFAC e pelo BAD.

13. Dado o papel que a CAFAC deverá desempenhar nos próximos anos à luz das decisões adoptadas pela sua instância máxima durante a Décima-Segunda Sessão Plenária e face aos desafios que o transporte aéreo em África terá que enfrentar, a CAFAC necessitará cada vez mais do apoio da OUA.

14. Convém referir que o transporte aéreo que do ponto de vista político, económico e financeiro se subordina ao princípio fundamental da soberania dos Estados sobre o seu espaço aéreo - princípio esse que limita o nível da globalização no plano comercial - deverá num futuro próximo organizar-se em torno de agrupamentos regionais bem estruturados que aplicarão políticas de carácter multilateral e multimodal diferentes da actual abordagem bilateral.

15. As mudanças em curso exigem grandes investimentos em equipamentos e infraestruturas e necessitam de tanto capitais nacionais como exteriores e de uma parceria moderna capaz de preservar a identidade de cada parceiro ao mesmo tempo que desenvolve sinergias e economias de escala bem controladas.

16. Doravante tratar-se-á cada vez mais do reforço mútuo para um futuro melhor. Isso implica a mobilização de todas as forças vivas para fazer face a uma concorrência mundial cada vez maior, assim como alianças trans-nacionais cujos mecanismos e impacto sobre o transporte aéreo em África precisam de ser estudados. A este respeito, o transporte aéreo em África encontra-se numa encruzilhada.

17. O planeamento das actividades futuras deverá também levar em conta os novos conceitos de utilização do sistema de satélites mundiais no quadro dos futuros sistemas de comunicação, navegação e segurança (CNS) e da gestão do tráfego aéreo (ATM). Além disso, do ponto de vista económico a participação de um Estado nas actividades aeronáuticas será no futuro mais dependente do papel que os seus aeroportos possam desempenhar na exploração aérea internacional. Os critérios que determinam a presença de um país nos ares através da exploração da sua linha aérea nacional ganharão a sua importância real em comparação com os utilizados pelos países para reforçar o papel económico dos aeroportos, a expansão das suas capacidades e a sua habilidade para otimizar o transporte de superfície.

Propostas destinadas a reforçar a capacidade de participação da CAFAC nos termos das disposições do Acordo entre a OUA e a CAFAC

18. O acordo OUA/CAFAC definiu um quadro apropriado e o Conselho de Ministros da OUA na sua Quinquagésima-Segunda Sessão, em Julho de 1990, adoptou a Resolução CM/Res.1281 (LII) sobre a implementação do acordo OUA/CAFAC, Resolução essa que dispõe nomeadamente:

.- Os Estados Membros

- (a) devem prestar uma assistência material e em recursos humanos para implementação das estratégias e projectos da CAFAC;
- (b) devem, individual e colectivamente garantir que as disposições financeiras e orçamentais provisórias previstas no Acordo OUA/CAFAC sejam efectivamente implementadas;
- (c) devem assegurar que o Secretário-Geral da OUA faça propostas numa Sessão do Conselho de Ministros tendentes a concretizar o projecto de um Secretariado autónomo da CAFAC em conformidade com o Artigo IX do Acordo OUA/CAFAC, pondo em relevo as implicações financeiras de tais propostas.

19. Na base do acordo OUA/CAFAC e da Resolução pertinente da Quinquagésima-Segunda Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, foram feitas propostas na Sessão Plenária relativamente as incidências financeiras da criação de um Secretariado autónomo da CAFAC, com vista a solicitar-se a OUA que conceda uma subvenção à Comissão em conformidade com o Artigo IX do acordo OUA/CAFAC.

20. A situação decorrente dos arranjos transitórios entre a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e a CAFAC implica que a OACI porá fim, a partir de 1 de Janeiro de 1996, ao sistema de adiantamento de fundo aos organismos regionais incluindo a CAFAC. Isso implica que serão implementadas as disposições do Artigo IX do acordo OUA/CAFAC. Assim a Comissão acordou :

- (i) que a CAFAC submeta à próxima Sessão do Conselho de Ministros um pedido para que sejam definidas linhas de orientação capazes de facilitar a implementação do acordo OUA/CAFAC;
- (ii) que se prepare uma reunião entre a direcção da CAFAC e o Secretariado da OUA para definir as modalidades de implementação das linhas de orientação que forem definidas;

- (iii) no que se refere aos projectos financiados pelo PNUD, nomeadamente no quadro da Segunda Década das NU para os Transportes e Comunicações em África e em particular dos projectos que entram no âmbito da competência da CAFAC, a OUA deverá associar a Comissão à sua avaliação e, eventualmente, à sua execução.

21. Espera-se do Conselho de Ministros que este analise as seguintes acções:

- (a) pedir ao Secretário-Geral da OUA que elabore em consulta com a CAFAC uma proposta concreta a ser adoptada pelo Conselho de Ministros na sua Sessão Orçamental de Fevereiro de 1993 e referente às disposições financeiras relativas à CAFAC;
- (b) reiterar as disposições da Resolução CM/Res.1281 (LII), solicitando, entretanto, aos Estados Membros que prestem assistência material ou qualquer outra assistência sob a forma de recursos humanos para o desenvolvimento das estratégias e programas da CAFAC;
- (c) propôr ao Comité Consultivo para as Questões Administrativas, Financeiras e Orçamentais da OUA acções específicas à luz das somas necessárias para a efectiva implementação do Artigo IX do acordo OUA/CAFAC tal como referidas no quadro que figura no Anexo I.

22. Na sua Décima-Segunda Sessão realizada em Abidjan em Abril de 1992, a Comissão exprimiu também grave preocupação pela sua séria situação financeira. Ela julgou, assim, útil sensibilizar, por intermédio da OUA, as mais altas autoridades políticas dos Estados para essa situação e para a necessidade urgente de pagarem as suas contribuições. Acordou em seguida em solicitar ao Secretário-Geral da OUA e ao Presidente em exercício

da Organização que tragam essa questão à atenção da Cimeira dos Chefes de Estado em Dakar em Junho de 1992. Decidiu também solicitar à Nigéria e ao Senegal que trabalhem para o mesmo objectivo através dos seus Chefes de Estado que são o actual e o próximo Presidente em exercício da OUA. Em Anexo figura a Carta dirigida pelo Presidente da CAFAC ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) solicitando-lhe a sua intervenção pessoal junto do Presidente em exercício da OUA a favor da CAFAC (Ver Anexo II).

ANEXO I

MONTANTE SOLICITADO COM VISTA
A EFECTIVA APLICAÇÃO DO ARTIGO IX
DO ACORDO OUA/CAFAC NOS TERMOS
DAS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO CM/RES.1281 (LII)

<u>Tipo de Assistência solicitada</u>	<u>Montante Estimativo em \$EU</u>	<u>Observações</u>
1. Adiantamento para o normal funcionamento do Secretariado	350.000,00	A ser pago pelos Estados membros
2. Assistência em pessoal na forma de OPAS, incluindo formação de pessoal assim como aquisição de equipamentos e material essenciais	100.000,00	Assistência inicial solicitada de OPAS
3. Subvenção para a realização de estudos, investigação e de actividades em matéria de cooperação em benefício dos Estados membros da OUA à luz do Tratado da criação da Comunidade Económica Africana	35.000,00	Subvenção anual solicitada a OPAS
MONTANTE TOTAL		
NECESSÁRIO	485.000,00 \$EU	

ANEXO II

Abidjan, 17 de Abril de 1992

Senhor Secretário-Geral,

Como é do Vosso conhecimento, a Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC) reúne-se neste momento em Abidjan para analisar os problemas que enfrentam os Transportes Aéreos em África.

Infelizmente, cedo se verificou que a situação financeira cada vez mais alarmante da Comissão, que é uma Agência Especializada da OUA, ameaça gravemente a sua existência.

Se nada for feito nos próximos meses, a CAFAC desaparecerá. Para evitar essa eventualidade, todos os participantes à Décima-Segunda Sessão Plenária da CAFAC encarregaram-me de vos contactar urgentemente para solicitar a vossa intervenção pessoal junto do Presidente em exercício da OUA.

Os participantes, por meu intermédio, sugerem-vos solicitar ao Presidente em exercício da OUA para intervir o mais rapidamente que lhe for possível junto dos seus pares para que os seus países respectivos paguem as contribuições em atraso devidas ao orçamento da CAFAC e que atingem um montante de 2.658.971 \$EU.

Para esse efeito, anexa-se o mapa das contribuições em atraso.

Caso necessário, gostaria de informar-vos que a questão poderia ser trazida perante a Vigésima-Nona Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Dakar em Junho/Julho de 1992.

Antecipadamente vos exprimo o reconhecimento da Décima-Segunda Sessão Plenária pela Vossa solicitude e pelos Vossos esforços no sentido de salvar a CAFAC.

Queira aceitar a expressão da minha elevada consideração.

V. SAVANE

Presidente da CAFAC

Senhor Secretário-Geral
da Organização da Unidade
Africana (OUA)
Adis Abeba (Etiópia)

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY
ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE

منظمة الوحدة الأفريقية

Addis Ababa - Ethiopia - Box 3243 Tel. 517700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

CM/1706 (LVI)
PARTE IV

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO IV

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DA UNIÃO PANAFRICANA DE
TELECOMUNICAÇÕES (UPAT)
(JUNHO DE 1991 - FEVEREIRO DE 1992)

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA UNIÃO PANAFRICANA
DE TELECOMUNICAÇÕES (UPAT)
(JUNHO DE 1991 - FEVEREIRO DE 1992)**

1. INTRODUÇÃO

O Secretariado Geral apresenta este relatório, que cobre o período de Junho de 1991 a Fevereiro de 1992, em conformidade com o parágrafo 3 do Artigo III do Acordo de Cooperação entre a OUA e a UPAT. O relatório enfatiza a crescente cooperação recíproca entre PNUD/UIT, por um lado, e a UPAT, Agência Especializada da OUA, por outro, na implementação do projecto regional PANAFTEL, bem como outras actividades no domínio das telecomunicações. Ele põe também a relevo o papel da União como organização regional através das suas funções de coordenação em questões relativas aos Estados membros e às organizações sub-regionais.

2. PARTES À CONVENÇÃO

2.1. O número de Partes à Convenção continua a ser 44.

2.2. Convenção da UPAT (Monróvia, 1990)

A Convenção em epígrafe foi enviada a todos os Estados membros para ratificação ou adesão em cumprimento das disposições da mesma. Contudo, até agora o Secretariado não recebeu qualquer informação de ratificação ou adesão. A Convenção da UPAT (Arusha, 1986) continua portanto, em vigor.

2.3. Revisão da Convenção

Em cumprimento da decisão da 4ª Conferência de Plenipotenciários da UPAT (Monróvia, 1990) de melhorar a actual Convenção tanto na forma como no fundo e de separar o texto entre:

- a) disposições permanentes que não requerem revisão periódica; e*
- b) disposições não permanentes*

o grupo de peritos juristas criado pela Conferência iniciou os seus trabalhos em conformidade com os termos de referência.

3: GESTÃO DO PESSOAL E FINANCEIRA

3.1 Gestão do pessoal

3.1.1. O Regulamento e o Estatuto do Pessoal adoptado pela Conferência de Monróvia foram publicados no decorrer do ano em revista.

3.1.2. A situação do pessoal no Secretariado Geral, em 31 de Janeiro de 1992, era a seguinte:

<u>CATEGORIA</u>	<u>AUTORIZADO</u>	<u>EM FUNÇÕES</u>
<i>Funcionários Eleitos</i>	2	1
<i>Pessoal Estatutário</i>	16	10
<i>Pessoal não Estatutário</i>	<u>26</u>	<u>20</u>
<i>Total</i>	44	31

4. GESTÃO FINANCEIRA

4.1. Receitas

Com base no tecto fixado pela Conferência de Plenipotenciários da UPAT, o Conselho de Administração aprovou para o exercício financeiro 1991/92 um Orçamento de funcionamento de 1.196.000,00 \$EU. A somar-se a este montante havia contribuições em atraso devidas pelos Estados membros totalizando 3.468.036,00 \$EU no início do exercício financeiro a 1 de Junho de 1991. Assim, o total das contribuições devidas e pagáveis pelos Estados membros durante o ano em análise atingiu 4.664.036,00 \$EU. Durante os 7 primeiros meses, de 1 de Junho de 1991 a 31 de Dezembro de 1991 apenas tinham sido recebidos dos Estados membros 555.309,23 dólares a título de contribuições para o exercício corrente e de contribuições em atraso. Esse montante representa apenas 46% do Orçamento aprovado para o ano 1991/92.

4.2. Despesas

Durante esse mesmo período de 7 meses findo a 31 de Dezembro de 1991, foi gasto um montante de 486.229,60 \$EU em despesas administrativas e de funcionamento do Secretariado. A taxa de cobrança das contribuições ficou muito aquém das expectativas orçamentais e este facto limita grandemente a capacidade da União de executar o seu programa de trabalho. São apreciadas quaisquer medidas que a OUA possa tomar, especialmente na forma de apelos aos Estados membros para que cumpram as suas obrigações financeiras para com a União.

5. COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES EM ÁFRICA

5.1. Implementação dos projectos regionais

5.1.1 Os projectos da Rede PANAFTTEL

Em aplicação das decisões do Comité de Direcção do PANAFTTEL quanto à transferência gradual para a UPAT da coordenação das actividades dos projectos da PANAFTTEL, a UPAP e a UIT assinaram o contrato N° CTR/91/136 que atribuiu à União implementação de certas actividades, nomeadamente:

- i) *recolha e análise de dados sobre o tráfego*
 - *previsão de tráfego e circuitos;*
 - *revisão de planos de encaminhamento;*
- ii) *estudo das tarifas e estabelecimento de câmaras de compensação da contabilidade do tráfego;*
- iii) *reabilitação e manutenção das redes em alguns países;*
- iv) *análise financeira dos Planos Nacionais de Reforço da Manutenção.*

Na linha dessas novas responsabilidades, funcionários da UPAT participaram na implementação de várias actividades dos projectos regionais de telecomunicações RAF/87/085 e RAF/87/011 financiados pelo PNUD e na preparação do projecto de programa do Quinto Ciclo de Programação do PNUD. As actividades levadas a cabo pela União a este respeito constituem objecto da parte seguinte deste relatório.

5.1.1.1. Operações

- i) *Recolha e análise de dados de tráfego*

Esta constitui uma importante tarefa no desenvolvimento da operação e integração da rede porque é através dos dados de tráfego de telecomunicações que pode ser avaliada a eficácia da rede e podem ser tomadas medidas correctivas para rever a manipulação do tráfego e os arranjos de encaminhamento incluindo as tarifas. Questionários-padrão

Osobre dados de tráfego foram agora intoduzidos nas administrações africanas de telecomunicações. A análise dos resultados até agora obtidos indica a necessidade de rever os planos de encaminhamento de tráfego com ênfase no uso dos centros regionais de trânsito para o tráfego intra-africano. Existe ainda uma importante quantidade de tráfego encaminhado através de centros de trânsito extra-africanos com a óbvia perda de divisas em pagamentos. Embora este problema não possa ser resolvido a curto prazo, espera-se que o previsto Projecto Regional de Comunicações Via Satélite (RASCOM) e a crescente e melhorada eficácia da Rede PANAFTEL possam ter um impacto positivo nos fluxos do tráfego regionais.

ii) Tarifas

As tarifas continuam a representar uma actividade muito importante no programa geral de trabalho do Secretariado Geral dado o seu impacto sobre as receitas, os fluxos de tráfego e os níveis de utilização da rede. A coordenação do trabalho de desenvolvimento das tarifas prosseguiu no período em análise, em particular nas regiões da África Oriental e Austral, assim como na sub-região da África Central. Embora tivesse sido completado um estudo cobrindo as tarifas regionais para os serviços telefónicos, de telex e telegramas, a sua implementação não poderá fazer-se antes que se obtenha o acordo de todas as Administrações africanas das Telecomunicações. Prevê-se uma reunião sobre esta questão durante o exercício financeiro actual. Foram também formulados padrões de tarifas para a sub-região da África Central. No que se refere às sub-regiões da África Oriental e Austral, foi iniciado pela UPAT um programa de estudo adoptado pela Conferência das Administrações de Telecomunicações realizada em Nairobi, Quênia, em Setembro de 1991. Estão em estudo as seguintes questões relacionadas com tarifas:

- a) *Tarifas de circuitos internacionais alugados;*
- b) *Necessidades de tráfego e de circuitos na sub-região;*
- c) *Tarifas para novos serviços.*

iii) Estabelecimento de Câmaras de Compensação para contabilidade de tráfego

A coberto do sub-contrato assinado com a UIT relativo a certas actividades no âmbito do projecto PANAFTEL, RAF/87/011, a UPAT empreendeu um estudo em Dezembro de 1991/Janeiro de 1992 sobre a viabilidade de se criarem em África escritórios de contabilidade de comunicações internacionais (Câmaras de Compensação). O principal objectivo do estudo cujos resultados estão a ser actualmente a serem analisados é o de facilitar o pagamento dos saldos da contabilidade das telecomunicações.

5.1.1.2. Reabilitação e Manutenção

(i) Centros de Manutenção em Bujumbura (Burundi) e Kinshasa (Zaire)

Com a assistência do projecto de Reabilitação e Manutenção da PANAFTEL, a UPAT participou em missões a Bujumbura (Burundi) em Junho de 1991 para fazer o acompanhamento de um Centro Nacional Modelo de Manutenção (Reparação) e de uma Célula Nacional Modelo de Manutenção (Supervisão) na ONATEL em Bujumbura, assim como de uma Célula de Manutenção na ONPTZ, em Kinshasa, em Julho de 1991. Os termos de referência eram essencialmente:

- Formular um calendário de implementação para o estabelecimento da Célula de Manutenção;
- Elaborar descrições de postos e qualificações para o pessoal necessário para a Célula de Manutenção;
- Definir indicadores da qualidade de serviço e métodos de acompanhamento;
- Indicar normas para o estabelecimento de objectivos/alvos da qualidade de serviço e instruções de manutenção.

Foram finalizados relatórios sobre estas actividades e a principal conclusão é de que as células de manutenção melhorariam a qualidade do serviço, a amortização dos investimentos e permitiriam um aumento imediato nos rendimentos das telecomunicações.

(ii) Reabilitação

Foi realizado um estudo de acompanhamento do Programa de Reabilitação da Rede na Corporação dos Correios e Telecomunicações da Tanzânia (TPTC). Eram os seguintes os termos de referência:

- *Fazer um inventário das actividades empreendidas para reabilitar a rede da TPTC na sequência do relatório do Programa de Reabilitação da Rede datado de Abril de 1986;*
- *Avaliar os actuais valores atingidos pelos indicadores de qualidade de serviço;*
- *Propor novas medidas adequadas e preparar um relatório técnico de operações para a mobilização de fundos;*
- *Apresentar um relatório à UIT.*

O relatório forneceu informações sobre os termos de referência do estudo assim como sobre a actividade da TPTC no passado.

(iii) Análise financeira dos planos nacionais de reforço da manutenção no âmbito das actividades do Programa PANAFTEL

No contexto do programa PANAFTEL para 1991 adoptado pelo Comité de Direcção, a UPAT foi solicitada a participar na análise financeira do Programa Nacional do Reforço da Manutenção no Quénia e levou a cabo trabalho semelhante na Mauritânia. O UPAT e a UIT realizaram uma auditoria económica e financeira do Programa no Quénia. Esse trabalho envolveu a revisão, avaliação e análise e a preparação de um documento adequado para permitir à Corporação dos Correios e Telecomunicações do Quénia (KPTC) apresentar a instituições seleccionadas os pedidos de financiamento para a implementação do projecto de Programa Nacional de Reforço da Manutenção.

No quadro de um arranjo semelhante, a UPAT vai empreender a análise financeira do Programa Nacional de Reforço da Manutenção na Mauritânia e preparar os necessário documentos para a procura de financiamento para a implementação do projecto por aquela Administração.

5.1.2. Outros projectos e programas regionais

5.1.2.1 Projecto RASCOM

A UPAT empreendeu em Junho/Julho de 1991 as seguintes actividades da fase de transição do RASCOM:

- i) Acompanhamento do programa de actividades do Comité Nacional de Coordenação (CNC) do RASCOM no Zaire;*
- ii) Acompanhamento do programa de actividades do Comité Nacional de Coordenação (CNC) do RASCOM na República Centro-Africana.*

A UPAT esteve também representada na 4ª reunião do Comité de Peritos Nacionais do Projecto RASCOM que teve lugar de 12 a 17 de Dezembro de 1991 em Cotonou.

5.1.2.2. Industrialização

Entre 17 e 19 de Junho, a UPAT esteve representada na reunião consultiva dos países da África Central em Yaoundé e deu contribuições para a preparação do programa da sub-região, especialmente no sector das telecomunicações.

5.1.2.3. Projecto SATCOM

O documento do projecto para o Centro de Formação Regional em Comunicações Via Satélite (SATCOM) preparada pelo Secretariado Geral foi apresentada à Corporação dos Correios e Telecomunicações do Uganda (UPTC), à UIT, ao INTELSAT, ao INMARSAT e à EUTELSAT para utilização na mobilização de assistência financeira e técnica tal como solicitado pela Conferência de Plenipotenciários da UPAT. O documento dos termos de referência do projecto foi igualmente enviado à CEA e ao PNUD com vista ao estudo da sua inclusão no UNTACDA II (1991 - 2000) e no 5º Ciclo de Programas do PNUD (1992 - 1996). É de se referir que:

- i) *A UPTC confirmou que o escritório/equipamento/laboratório, arrecadação/salas de leitura, assim como as instalações e serviços de alojamento estão disponíveis para uso na escola de formação de Nakawa, Kampala, com livre acesso e utilização da instalação terrena de Satélite local de Kololo Hill, Kampala, actualmente sem utilização. Além disso a UPTC cobrirá os custos de água, electricidade e chamadas telefónicas locais.*
- ii) *A INTELSAT prometeu fornecer uma estação terrena de 2ª mão para objectivos de formação, outros materiais de estudo e especialistas de formação para ensinarem algumas das matérias do curso.*

Aguardam-se também apoios para o projecto em várias formas por parte das seguintes organizações: INMARSAT, EUTELSAT, Agência Europeia do Espaço e UIT. O Secretariado empreendeu uma missão a Kampala em Novembro de 1991 para inspecção do local e discussões.

5.1.2.4. Sistema Regional de Intercâmbio de Informação sobre Telecomunicações

O Sistema Regional de Intercâmbio de Informação sobre Telecomunicações é uma estrutura para a recolha, armazenagem, processamento e intercâmbio de informação de dados sobre telecomunicações entre a UPAT, as organizações sub-regionais, a UIT e as Administrações participantes nos projectos PANAFTTEL RAF/87/085 e RAF/87/011. O seu estudo foi atribuído à UPAT através de um contrato assinado com a UIT. As propostas feitas no estudo cobrem a estrutura, o funcionamento e os recursos necessários. Foram propostas duas opções operacionais: manual, com intercâmbio de disquetes e acesso automático ao banco de dados. O intercâmbio abrangerá numa primeira fase dados obrigatórios sobre finanças, despesas, investimentos, recursos humanos, telefones instalados, equipamento etc.. A rede prevista para a transmissão dessa informação deve ser estabelecida entre as organizações internacionais (CEA, UIT) e o principal coordenador (UPAT), por um lado, e entre esta e as três células sub-regionais - África Ocidental, Central e Oriental/Austral, por outro.

5.1.2.5. Década dos Transportes e Comunicações (UNTACDA II)

A reunião dos Ministros Africanos do Plano realizada em Maio de 1991 adoptou o primeiro projecto do Programa da 2ª Década. Nessa reunião, o estudo de viabilidade do Centro de Investigação e Desenvolvimento foi confiado à UPAT. As respectivas actividades iniciar-se-ão logo que os fundos estejam disponíveis. Em Novembro de 1991, a 2ª Década foi oficialmente iniciada em Bruxelas a convite da Academia Real das Ciências belga. A UPAT foi convidada e preparou um documento intitulado "Na via para um Território de Telecomunicações da África", mas por razões financeiras a União não pôde ser representada.

5.1.2.6. Preparação do 5º Ciclo de Programação do PNUD

Com as perspectivas do início da coordenação pela UPAT das actividades para o desenvolvimento das telecomunicações em África, a União preparou um esboço de documento de projecto intitulado "Rede Integrada de Telecomunicações em África" (RITAF) e outro documento de projecto para uma Nova Estrutura de Gestão do PANAFTTEL, ambos submetidos à OUA e ao PNUD. A UPAT apresentou comentários sobre o projecto de documento da AFRITEL preparado unilateralmente pela UIT durante a reunião consultiva das Administrações participantes realizada em Brazzaville em Outubro de 1991. O Comité de Direcção em Cotonou em Dezembro de 1991 tomou nota desses comentários e pediu que o documento da AFRITEL fosse revisto pela UIT em colaboração com a UPAT, a OUA e as organizações sub-regionais tendo em conta os 4 princípios estabelecidos pela missão de avaliação e aprovados pelo Comité de Direcção. Prevê-se a realização de uma reunião extraordinária do Comité de Direcção para analisar o documento final. Foi em princípio acordada a prestação de assistência preparatória na formulação dos projectos. O Comité de Direcção procedeu também à revisão da situação dos projectos do PANAFTTEL que terminaram em 31 de Dezembro de 1991 e propôs algumas actividades a serem levadas a cabo antes do início do 5º Ciclo de Programação do PNUD.

5.1.3. Coordenação

Durante o período em análise, o Secretariado Geral participou nas seguintes reuniões sub-regionais do PANAFTTEL:

- i) *Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em Lagos, Nigéria, em Outubro/Novembro de 1991;*
- ii) *Conferência das Administrações dos Correios e Telecomunicações da África Central (CACTAC) - Yaoundé, Camarões - em Setembro de 1991;*
- iii) *Conferência Regional anual de Telecomunicações da África Oriental e Austral - Nairobi, Quénia - em Setembro de 1991.*

As contribuições do Secretariado nas reuniões acima referidas trataram principalmente de questões operacionais como fluxos de tráfego e encaminhamento, tarifas e contabilidade de tráfego.

5.2. Cooperação

5.2.1. OUA e UPAT

Foi enviado à OUA, para a 54ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, um relatório de actividades da União no período de Junho de 1990 a Abril de 1991. A pedido da OUA, foi também apresentado à Organização um relatório de actividades da União quanto à implementação dos dois projectos do PANAFTTEL. A pedido da OUA foram também enviados comentários e recomendações sobre o Protocolo Relativo aos Transportes e Comunicações a ser anexado ao Tratado de Criação da Comunidade Económica Africana.

5.2.2. Organizações Africanas e UPAT

Face ao novo quadro institucional para a coordenação do desenvolvimento das telecomunicações em África no futuro a nível regional, sub-regional e nacional, o Secretariado Geral apresentou projectos de Acordos de Cooperação à CEDEAO, CEEAC, ZCP e SADCC para comentários pelas mesmas.

5.2.3- Organizações Internacionais

Em geral, a cooperação entre as Organizações Internacionais e a UPAT foi cordial e encorajadora. As propostas da UPAT para o Programa da UNTACDA II (1991 - 2000) num montante de 2.000.000,00 de \$EU e para o 5º Ciclo de Programa do PNUD (1992 - 1996), de cerca de 2.600.000,00 de \$EU foram apresentados respectivamente à CEA e ao PNUD para análise. Foi assinado um contrato entre a UIT e a UPAT para fazer a implementação de algumas actividades dos dois projectos PANAFTEL financiados pelo PNUD. O pedido apresentado pelo Secretariado Geral à UNESCO/IPDC para o donativo de uma máquina fotocopadora foi aprovado no âmbito do Programa de Participação da UNESCO para 1990. A UNESCO já informou a UPAT de que uma máquina fotocopadora Rank Xerox foi já encomendada para o UPAT tal como solicitado.

5.3 Conferências e Seminários

5.3.1. Conferência Regional UPAT/INMARSAT sobre Comunicações Móveis via Satélite em África - Yaoundé, Camarões - 16 - 20 de Setembro de 1991

A reunião, que foi organizada conjuntamente pela UPAT e pela INMARSAT, foi acolhida pelo Governo da República dos Camarões. O objectivo da Conferência era permitir aos dirigentes africanos e formuladores das políticas de telecomunicações, aos engenheiros no domínio dos transportes e comunicações assim como aos utilizadores finais dos serviços móveis via satélite, trocarem pontos de vista e ideias sobre questões do sistema de comunicações móveis via satélite por forma a permitir à África beneficiar da tecnologia e dos serviços das comunicações móveis via satélite. A Conferência adoptou 34 recomendações relativas a:

- *Benefícios das comunicações móveis via satélite em África;*
- *Programa da INMARSAT para os países em desenvolvimento;*
- *Serviços terrenos de comunicações móveis;*
- *Gestão de socorros de urgência e Comunicações;*
- *Comunicações Marítimas;*

- *Comunicações Aeronáuticas;*
- *Aspectos financeiros e de sistema do INMARSAT;*
- *Questões internacionais e de regulamentação.*

**5.3.2. Preparativos da Conferência Mundial da Rádio (WARC - 92)
Málaga (Espanha) 3 de Fevereiro - 3 de Março de 1992**

A decisão de realizar a referida Conferência Mundial da Rádio para tratar de HF, satélites móveis e Serviços de Órbita Terrestre Estreita etc.... foi adoptada pela Conferência de Plenipotenciários da UIT (Nice, 1989). Tendo em conta o impacto dos trabalhos da Conferência nos serviços de comunicação rádio na região da África, o Secretariado interessou-se particularmente pelas actividades de preparação da Conferência sensibilizando os Estados membros pelas questões da Conferência. O Secretariado Geral esteve representado em Málaga.

5.3.3. Telecom 91 - Simpósio Económico da UIT, Genebra 13 - 15 de Outubro de 1991

Respondendo ao convite da UIT, o Secretário Geral esteve presente na Telecom 91 da UIT na qual presidiu à Sessão sobre o Simpósio Económico.

5.3.4. Delegação da OUA à Sede da UPAT (Kinshasa 3 - 6 de Junho de 1991)

Teve lugar no Secretariado Geral uma reunião com uma delegação da OUA conduzida pelo Professor NDESHO de 3 a 6 de Junho para discussão dos Protocolos a serem elaborados pela OUA com relação à Comunidade Económica Africana. Foram produzidas algumas recomendações sobre as futuras relações entre a OUA e as suas Agências Especializadas. No prosseguimento da sua missão, a delegação encontrou-se com outras Agências da OUA sediadas em Kinshasa, nomeadamente UAR, BASE e a AAC assim como funcionários dos Ministérios zairenses dos Correios e Telecomunicações, Cooperação e Assuntos Económicos.

5.4. Dia Africanos das Telecomunicações - 7 de Dezembro de 1991

Este Dia foi celebrado em 1991 sob o lema "A Dimensão Humana no Desenvolvimento das Telecomunicações em África". A marcar essa ocasião o Secretário Geral difundiu uma mensagem na rádio e na televisão do Zaire relacionada com o tema. A mesma mensagem foi transmitida para as administrações de todos os Estados membros para sua difusão para além de outras actividades comemorativas do Dia.

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY
ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE

منظمة الوحدة الأفريقية

Addis Ababa - Etiópia - Box 3243 Tel. 517700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

CM/1706 (LVI)
PARTE IV

CONSELHO DE MINISTROS
QUINQUAGÉSIMA-SEXTA
SESSÃO ORDINÁRIA
22 - 27 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO V

DAKAR - SENEGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DA UNIÃO PANAFRICANA DOS CORREITOS
(UPAP)
JULHO 1991 - MARÇO 1992

Este relatório apresenta as actividades da União Panafricana dos Correios (UPAP) para o período compreendido do 1º de Julho de 1991 a 31 de Março de 1992.

Este período foi marcado principalmente pela demissão do Sr. M.Comlanvi AMOUSSOU, Secretário Geral, a 1º de Outubro 1991.

Estas actividades encontram-se detalhadas nos capítulos seguintes:

- I- Actividades operacionais
- II- Actividades de cooperação
- III- Gestão administrativas e financeiras
- IV- Conclusão.

I - ACTIVIDADES OPERACIONAIS

1.1 Melhoria dos encaminhamentos postais

O transporte do correio constitui a função de base dos correios e é por isso que ela merece uma atenção permanente da parte da UPAP.

No domínio considerado, as acções da nossa união foram relativas ao controlo dos prazos de encaminhamento do correio nas relações intra-africanas e a recolha dos planos nacionais de encaminhamento do correio-avião.

1.1.1 Controlo dos prazos de encaminhamento do Correio nas relações intra-africanas.

Este controlo tem por objectivo determinar etapas, os prazos de encaminhamento do correio com vista a permitir às Administrações postais de observarem os sítios onde se produzem os principais erros de função e a partir daí, tomar as medidas necessárias ou mesmo, apresentar as propostas de modificações de encaminhamento.

A partir dos resultados deste controlo, a UPAP elaborará um relatório sobre a situação da rede africana a ser difundido junto de todas as Administrações postais africanas.

1.1.2 Recolha dos planos nacionais de encaminhamento do correio - avião

Um bom encaminhamento postal necessita da existência de planos de encaminhamento bem como o seu esclarecimento constante tendo em conta a evolução das redes de comunicação.

É por isso que, desde 1984, e a medida em que as informações são recebidas, UPAP procede no esclarecimento desses planos de encaminhamento, bem como a sua difusão junto às Administrações postais.

1.2 Trabalhos do Comité de Contacto UPAP/AFRAA

Este comité foi criado para efectuar estudos sobre as questões de interesse comum às Administrações postais e Companhias aéreas africanas.

Por este facto, ele elabora e apresenta, sob a forma de recomendações, normas em matéria técnica, exploração e em outros domínios da sua competência em uma prática uniforme é indispensável.

O Secretariado Geral da UPAP assegura os trabalhos de coordenação de estudos confiados aos sete grupos de trabalho do Comité; os folhetos dos estudos desenvolvidos são difundidos junto às Administrações postais e Companhias aéreas africanas.

1.3 Implementação do correio rápido EMS) em Angola

O Correio rápido (EMS) é um dos novos produtos oferecidos pelos Correios à sua clientela para melhor lutar contra a concorrência das sociedades privadas das empresas dos Transportes.

Angola era o último Estado Membro da UPAP que ainda não dispunha deste serviço e foi por isso que ela beneficiou de uma missão de assistência técnica durante a primeira quinzena do mês de Outubro de 1991.

Os objectivos desta missão foram os seguintes:

- Introdução do serviço (EMS);
- Formação do pessoal;
- Sensibilização dos responsáveis postais angolanos sobre as actividades dos transportes privados que operam no país.

Por outro lado, o Consultor da UPAP apresentou propostas e recomendações acerca dos meios materiais e humanos bem como as decisões regulamentares a serem tomadas para o início efectivo do serviço.

1.4 Seminários sobre o tratamento dos despachos nos portos e aeroportos

Este seminário, em curso de preparação, será organizada conjuntamente pela UPAP e UPU à intenção dos quadros postais dos países africanos de expressão Inglesa.

Ela será realizada em Adis Abeba (Etiópia) durante a primeira quinzena do mês de Maio de 1992 e terá como objectivo:

- Formar os funcionários responsáveis pelo serviço de encaminhamento postal em matéria de tratamento dos despachos nos postos e aeroportos;
- Favorecer a troca de experiências entre os funcionários postais desta especialidade sobre as condições técnicas e práticas;
- Reforçar os laços que unem as Administrações postais através dos contactos pessoais.

Um seminário semelhante será igualmente organizado a favor dos países africanos de expressão francesa.

II-

ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO

Paralelamente às actividades de carácter operacional, a UPAP dedicou-se sempre em renovar as relações com os países e organismos internacionais susceptíveis de contribuírem na promoção do Correio africano.

O Netherlands Consultancy Foundation for Posts and Telecommunications (NEPOSTEL) é o último organismo internacional com a qual a UPAP estabeleceu os laços de cooperação. É uma filial de Administração postal dos Países-Baixos cujas actividades dizem respeito às pesquisas e apoios em vários domínios como a planificação, formação, engenharia postal, etc...

III- GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

3.1- Pessoal

Sr. Comlanvi AMOUSSOU, Secretário geral da União pediu a sua demissão com efeito a partir do 1º de Outubro de 1991. Esta demissão provocou a cessação de serviço de uma empregada do quarto e um guarda de noite na residência oficial do Secretário geral.

Conforme aos textos em vigor, o Sr. M. Gezahegne GEBREWOLD, Secretário Geral Adjunto assegura as funções do Secretário Geral a.i.

3.2 Finanças

Como sempre, o montante dos atrasos de contribuições não cessa de aumentar de ano para ano ao ponto de atingir 3.612.068,30 dólares EU a 31 de Março de 1992.

Cinco Estados Membros nunca pagaram contribuições desde a criação da União em 1980, a saber: Burundi, Comores, Egipto, Gâmbia e Chade.

O montante dos atrasos dos 4 países da região Norte - que não se pode qualificar decentemente de pobres - eleva-se a 2.040.765,80 dólares EU seja 56% do montante total dos atrasos.

Aqui estão alguns dados que permitem compreender porque é que a UPAP encontra-se constantemente a confrontar às dificuldades financeiras e porque é que também não se encontra mais à altura de pagar os salários dos seus funcionários desde Dezembro de 1991.

IV-

CONCLUSÃO

Aqui se estão apresentadas em resumo as actividades da UPAP desde 1ª de Julho de 1991. Pode-se dizer que elas são apreciáveis se tivermos em conta os fracos meios que dispõe; mas também elas são insignificantes perante a imensidade das necessidades do desenvolvimento dos serviços postais do nosso Continente.

As reuniões postais desses últimos anos já identificaram todas as acções a serem empreendidas para a sua promoção; estas acções encontram-se largamente consideradas no próximo programa quadrienal de actividades da UPAP.

Mas não é suficiente identificar os projectos; também é preciso implementá-los e com este propósito, não se pode ignorar os meios financeiros que infelizmente se encontra sempre em falta.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

1992-06-22

Report of the Secretary-General on the Activities of the Specialized Agencies of the OAU

Organization of African Unity

Organization of African Unity

<https://archives.au.int/handle/123456789/10919>

Downloaded from African Union Common Repository